

Perseguida por Agamenon Magalhães: marcas de memória de uma mãe-de-santo pernambucana

Zuleica Dantas Pereira*

Resumo:

A presente comunicação reflete parte de uma pesquisa em andamento sobre a perseguição e prisão de membros das religiões afro-umbandistas em Pernambuco, nas décadas de 1930 e 1940. A partir do resgate da história de vida de uma mãe-de-santo do xangô, busco problematizar uma das diversas dimensões da historiografia pernambucana através da sua memória. A história, vista nessa perspectiva cotidiana, lembrada pelos acontecimentos da infância e mocidade, da vida familiar, da instrução e aprendizado na vida religiosa afro-brasileira e da vida privada da narradora, intercala e influencia suas marcas de memória da vida pública, dando novas dimensões e interpretações da história oficial. Nesse trabalho, pretendo discutir como a narradora elaborou uma história sobre a perseguição aos Terreiros de Xangôs nas décadas de 1930 e 1940, ora complementando aspectos da documentação escrita, ora contrapondo a história oficial e muitas vezes mitificando os acontecimentos narrados.

Palavras-chave: memória, perseguição, afro-umbandistas e Pernambuco.

Abstract:

This paper is part of a research being undertaken on the persecution and imprisonment of members of “afro-umbandistas” religions in Pernambuco, in the 1930s and 1940s. From the retrieval of the true story related to a “xangô mãe-de-santo”, the paper seeks to problematize one of the several dimensions of historiography in Pernambuco by means of

memory. Seen in this everyday perspective, the narrator looks back to the past to recall history and tries to trace events of family and private life that happened in her childhood and youth, related to the Afro-Brazilian religion training and learning. The narrator also merges her private landmark memories with memories of public life, giving new dimensions to and interpretations of official history. Therefore, the paper aims at discussing how the narrator constructed her story on the persecution of the “xangôs” backyards in the 1930s and 1940s either by complementing aspects of written documentation or opposing the official history and, many times, mythologizing the narrated events.

Key words: Memory - persecution - “Afro-Umbandistas” and Pernambuco.

A presente comunicação reflete parte de uma pesquisa em andamento sobre a perseguição e prisão de membros das religiões afro-umbandistas em Pernambuco, nas décadas de 1930 e 1940, destacando o período do Estado Novo. A partir do resgate da história de vida de uma mãe-de-santo do Xangô¹, busco problematizar uma das diversas dimensões da historiografia pernambucana através de sua memória.

A entrevista do resgate da história de vida foi realizada com Elizabeth de França Ferreira (Mãe Beta), mãe-de-santo, de 89 anos, que vivenciou a época da perseguição e fechamento dos terreiros de Xangô, na interventoria de Agamenon Magalhães em Pernambuco, durante o Estado Novo.

Ao transcrever a entrevista na íntegra, optei posteriormente por editá-la, organizando a narrativa em blocos temáticos, tentando na medida do possível, retirar as perguntas e repetições e dar forma lógica ao pensamento da narradora. A intenção foi produzir uma forma de texto escrito a partir da transcrição oral.

Penso que a entrevista organizada dessa maneira facilitará sua utilização. Vale aqui salientar que considero como documento original a fita

* Professora assistente da UNICAP, doutoranda em História - UFPE



gravada. Esta poderá ser utilizada futuramente por outros pesquisadores. Aqui também é importante ressaltar que a entrevista foi devidamente autorizada para divulgação por meio de uma carta de cessão de direitos sobre o depoimento oral.

Antônio Montenegro, em seu artigo “História Oral: Caminhos e Descaminhos”², afirma que, ao revisitar a memória, o tempo cronológico inexistente. O tempo da memória é o tempo da experiência de um período de vida. Dentro dessa perspectiva, o relato de Mãe Beta nem sempre obedeceu a uma cronologia, nem tampouco sua narrativa se tratou de um discurso lógico e coerente. As suas marcas de memória se apresentaram de forma fragmentada, percorrendo trilhas que perpassavam por variadas experiências de vida, ressaltando mais e muitas vezes, repetindo constantemente determinados acontecimentos.

Toda entrevista, como todo documento, oferece ao pesquisador diversos pontos de abordagem e é evidente que não se pode tratar de todos eles em um único texto³. Nesse sentido, este trabalho foi elaborado após a seleção de alguns temas que foram abordados na entrevista, como: *Mãe Beta fala de si; a perseguição e a prisão; e, por fim, Sobre Agamenon, Getúlio, Carlos de Lima Cavalcanti*. Esses fragmentos permitem identificar a imagem que a narradora construiu de si, do grupo e do espaço social que ocupa. É importante lembrar que esta análise nem de longe esgota as possibilidades de estudo da entrevista.

Logo que se iniciou a conversa, percebi que estava diante de uma narradora exemplar. Lembrei-me de Eclea Bosi, em seu livro sobre a lembrança de velhos, quando diz que o narrador é um mestre do ofício que conhece seu mister⁴. Essa capacidade de narrar é demonstrada logo nos primeiros momentos da entrevista.

“Eu, por exemplo, meu estado civil é solteira, mas eu vivi só com um homem que foi o pai de minha filha. Eu vivi com ele 27 anos. Todo mundo me considerou casada. O pai de Marta. E ela é

registrada, ela tem certidão e identidade. É professora. Eu não sei a idade de Marta, mas ela ainda não tem 50 anos, não. Meu genro é advogado.

Quando eu me consagrei, foi no ano em que Carlos de Lima Cavalcanti era governador. Foi no ano que ele caiu e Agamenon assumiu o governo como interventor. No primeiro ano da interventoria dele, que ele perseguiu a gente. Eu tinha um ano de consagrada. Eu sei da época minha. Quem souber a época da interventoria de Agamenon e do governo de Carlos Lima... Que eu fui consagrada no governo de Carlos de Lima Cavalcanti. Quando fez um ano de eu consagrada, aí o governo de Carlos de Lima caiu e entrou Agamenon pela primeira vez. Quer dizer que eu tenho mais de sessenta anos de consagrada! Eu fui Yalorixá muito nova. Eu não tinha 30 anos ainda, eu era tida como a Yalorixá mais nova, me chamavam a caçula.”

Esse fragmento de memória no qual Mãe Beta fala de si, reflete a história numa perspectiva cotidiana, lembrada pelos acontecimentos da mocidade, intercalados pelas suas marcas de memória da vida pública. Como lembra Verena Alberti, uma entrevista de história oral não apenas fornece relatos de ações passadas, mas também é ela mesma um conjunto de ações que visam a determinados efeitos - que se pretendam que ajam sobre o interlocutor na própria entrevista e efeitos outros que repercutam para além da relação de entrevista - no público que a consulta, e, eventualmente, na sociedade como um todo.⁵

Assim, Mãe Beta não só se preocupa em demarcar, através da história oficial, um acontecimento de extrema importância em sua vida, sua iniciação como mãe-de-santo, como também se preocupa em legitimar sua importância dentro da comunidade afro-brasileira pelo seu tempo de iniciada. Portanto o ano de 37 é marcado, na memória de nossa narradora, por três acontecimentos: o afastamento de Carlos de Lima Cavalcanti; o início da interventoria de Agamenon e sua iniciação/consagração dentro das religiões afro-brasileiras. Esses acontecimentos são para Mãe Beta quase que indissociáveis.

A imagem de Agamenon como grande perseguidor das religiões afro-brasileiras se encontra fortemente presente em todo depoimento. Algumas passagens da narrativa de Mãe Beta pouco se diferenciam do que está documentado em outras fontes.

É importante lembrar que as restrições à prática de religiões de origem africana no Brasil não se iniciaram a partir da implantação do Estado Novo. Porém foi nessa época que o Estado exerceu uma ação mais controladora a essas formas de manifestações religiosas. Esses grupos, desde 1930, para poderem funcionar, eram obrigados a solicitar registro especial dos departamentos de polícia local.

Em Pernambuco, Agamenon Magalhães, como interventor federal, foi o doutrinador mais fiel e ortodoxo da nova ordem. O relatório apresentado a Vargas acerca das orientações tomadas em seu governo ressalta como uma das “medidas de profilaxia moral e social” tomadas pela Secretaria de Segurança Pública:

“...a severa repressão ao funcionamento de centros espíritas que, embora licenciados, se desviavam da sua finalidade e o fechamento de inúmeros outros onde se praticava o baixo espiritismo e a proibição do funcionamento das seitas africanas e da prática de ciências herméticas, cassada todas as licenças anteriormente expedidas”.⁶

A polícia tornou-se o principal agente de repressão durante o período e recebeu carta branca para tratar daqueles que foram considerados como inimigos do Estado. Invadiu e fechou terreiros, confiscou objetos rituais⁷ e, muitas vezes, prendeu os participantes. Os policiais foram acusados de extorquir elevadas somas de dinheiro em troca de promessas de proteção.⁸ Esses acontecimentos estão fortemente marcados na memória de Mãe Beta.

“...e da perseguição de Agamenon, eu lembro de tudo! Ele perseguiu muitos terreiros. Ele foi muito ruim pra nós, Agamenon Magalhães. Eu mesmo fui perseguida. Era novata, né? Ainda fui presa, eu fui. Fui! Fui pro Brasil Novo. Eu só não, eu e tudo quanto era Yalorixá e Babalorixá.. e eu fui presa.

Agora só passei horas. Eu tinha muitas amizades com promotor. Eu tinha mais de um cliente promotor que gostava muito de mim, e me soltava. Me soltaram imediatamente. Eu fui presa e eu fiquei... questão de horas. Por que o diretor do gabinete de identificação era meu amigo. Me conheceu menina. Era João Murilo, Dr. Murilo, conhecido demais. Era amicíssimo de minha família e meu.

O que me prendeu mesmo, mandou, mas por ordem do governador que mandou perseguir, foi Fábio Correia. Dr. Fábio. Chamavam ele Dr. Flavinho, Fabinho. Filho de Fábio Correia velho. Fábio Correia velho foi meu cliente, o pai dele e as tias dele, tudo se consultava comigo. E ele me prendeu. Dr. Fábio Correia mandou me buscar no Tintureiro. Mas eu não fui no Tintureiro. Defronte a minha casa morava o sargento da polícia. Sargento Adalberto. Ele me... Eu morava numa casa ...eu ainda tenho essa casa lá ... e existe a casa do sargento Adalberto defronte. O sargento hoje já é morto, a mulher dele, tudo é morto. Ele, então, ele me conhecia e sabia que eu não fazia nada demais ali, a não ser, dar consulta pura e simples.

Sim! Aí o sargento Adalberto quando viu o carro da polícia lá, o tintureiro, aí ele veio. Ele conheceu, né? Era da polícia. Era muito conhecido na polícia. Ele aí foi dizer aos investigadores que vieram me buscar que ele ia alugar um taxi: - E o Sr. Vai. Vai comigo e ela. Ela não vai no tintureiro. - Aí ele...aí o investigador deixou.

Eles me botaram no Brasil Novo, e quando foi mais tarde, entrou um monte de rapariga, mulher de vida fácil. A maior parte eu conhecia, que era a maioria minhas clientes. Ah! Mas me chamavam Minha Velha. Eu era mais moça do que elas. - Minha velha o que foi, que crime a senhora praticou para tá aqui? Eu disse: - Não sei! Eu não matei ninguém, não roubei...Aí elas...Aí elas muito aperreada, cada uma sabia que eu tinha mediunidade, né? Aí eu, dentro do Brasil, fiz consulta pra elas todinhas. E elas se deram... Eu disse as que iam sair logo, as que iam demorar mais presa, eu... elas disseram: e a Sra.? Eu disse: - Daqui a pouco eu devo sair. Porque o espírito me disse que eu ia demorar pouco. Aí nisso, quando elas estavam conversando comigo, as mulher do Brasil Novo, aí tinha um...aí abriu a grade. O guarda disse: - Dona Elizabeth. - Eu disse: - Pronto! - Aí ele disse ...ali

defronte eu vi uma cela, tinha um rapaz branco. Tinha a impressão que tava preso. Aí ele disse: - Aquele rapaz a senhora conhece?- Eu disse: - Não Sr., conheço não senhor! Aí ele disse: - É por que ele tá mandando um almoço pra Sra.. Foi! Não! Um jantar, né? Aí eu disse: - Não sei por que ele tá mandando não. Aí eu abri a bandeja, nem vi a conta! Eu não sei que foi aquele homem que mandou aquela comida pra mim. Mas menina, foi uma bandeja importante! Com tudo quanto foi de comida tinha: sobremesa, sorvete. Eu não comi nada! Aí as mulheres que tavam com fome: - A Sra. permite que a gente se sirva do seu jantar? Eu disse: - Pois não! Botei a bandeja lá, elas se serviram, eu não comi nada. Depois a minha mãe foi me ver. Minha mãe chorava muito. - Mamãe eu não cometi crime não, mamãe. Não vou ficar com vergonha de tá presa não. Nunca me envergonhei de ser presa por causa da seita africana! Até hoje! Nunca tive vergonha! Sinto prazer de ter servido e de continuar servindo.

Como lembra Eclea Bosi, se a memória da infância e dos primeiros contatos com o mundo se aproxima, pela sua força e espontaneidade, da pura evocação, a lembrança dos fatos públicos acusa, muitas vezes, um pronunciado sabor de convenção. Leitura social do passado com o olhos do presente, o seu teor ideológico torna mais visível. Eclea lembra também que o sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica neutra. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história e reafirmando sua posição ou matizando-a⁹. É o que parece transparecer no discurso de Mãe Beta. Ela não só reafirma sua posição em relação à religião que pratica, como também enaltece sua própria conduta diante da repressão, transformando a si mesma em mártir.

Neste relato, também existe um aspecto interessante a ser problematizado: o momento onde nossa narradora se coloca em confronto direto com o seu repressor, no caso, Fábio Correia. Nesse momento, Mãe Beta matiza sua posição diante do acontecimento:

E eu disse a Fábio Correia! Ele...Ele depois de ter me soltado, porque ele não pode me prender muito tempo, aí ele... ele mandou me chamar no outro

dia, e eu fui. Tava a mesa, lá no gabinete dele, lá com aquele pessoal que tava cada um nas bancas...aí ele mandou me... como é que bota pra fazer... o número... foi na folha corrida da polícia, ele aí botou. Mandou me botar. Mas quando ele falou comigo... ele aí veio dizer: Olhe, se a Sra....aí ele sabia quem eu era. Soube de quem eu era filha. Disse assim: Se a Sra. continuar, se você continuar com terreiro, eu mando lhe buscar, você vai daqui presa, vem lá de Tejipió, presa, até aqui pro Brasil Novo. Aí eu disse: Disso eu não tenho medo Dr. Fábio. Eu sou cidadã brasileira. Não sou assassina, não sou ladrona, nunca cometi crime nenhum. E o que eu faço é a religião que eu acredito. E o Sr., nem ninguém no mundo, pode tirar, me tirar dessa religião. Eu tô nela até o dia deu morrer. A única coisa que pode o Sr. fazer, é mandar me matar! A única coisa! Mas eu deixar, absolutamente! E nem tenho medo do Sr. mandar me buscar. Eu vim de Tejipió a pé, a pé até aqui na delegacia. Isso eu não tenho medo que o Sr. não pode fazer! O Sr. não pode fazer isso! Nem comigo, nem com ninguém! Eu não sou escrava! Nem nunca fui escrava! Eu sou uma cidadã brasileira! Eu disse a ele! Ele olhou assim pra mim... bateu na mesa com força! Por que eu tinha dito isso. Mas eu disse! Aí eu não quis mas....porque ficou com medo...mas eu podia ter dito: Seu pai frequenta o meu terreiro, suas tias, mas eu não disse! Não denunciei nem as tias. Nem... agora... O professor Ferreira Lima disse a ele: - Olhe, Dona Elisabeth foi muito decente com você, Fábio. Por que ela podia dizer que Fábio Correia, seu pai, vai muito na casa dela. E suas tias que são dona...são fazendeiras, levam muito presente pra ela e tudo! - Mas eu não disse. Por que eu ia denunciar as tias dele na frente de todo mundo?! Não tinham culpa, né? E eu, não... Eu respeitei.

Alessandro Portelli¹⁰, em seu artigo, Sonhos Ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores, afirma que a narrativa depende de fatores sociais e coletivos. Muitas vezes o depoimento resulta menos de uma imperfeita rememoração que de uma imaginação criativa. É a forma narrativa do sonho de uma vida pessoal e de uma diferente história coletiva. Para o autor, a imaginação ucrônica resguarda a preciosa consciência da injustiça do mundo existente, mas

fornece os meios de resignação e reconciliação.¹¹ Mais que isso, a narrativa de Mãe Beta sempre atenta aos acontecimentos presentes, reconstrói sua experiência diante do opressor subsumindo a sua posição de inferioridade diante do poder. Assim se coloca em condições de virar o jogo, podendo passar, se assim o desejasse, da condição de vítima para de opressora, bastando para isso evocar suas ligações, dentro do plano afro-religioso, com familiares de seu oponente.

Relembrar o passado implica resgatar o caráter contraditório da memória no sentido de que esta reflete as experiências humanas vivenciadas e interiorizadas. Relembrar também coloca em relevo a força das marcas das histórias que se tornaram hegemônicas. É o caso da imagem de Getúlio Vargas como o grande aliado dos trabalhadores. Essa marca é parte importante da nossa memória coletiva. Assim, a imagem de Getúlio ficou gravada na memória de mãe Beta:

Eu sempre vi se elogiar muito Getúlio Vargas. Ele governou o Brasil 14 anos. Foi! Mas ele foi muito bom, principalmente pra classe...foi ele que fez a lei dos trabalhadores. Muito importante. É. Ele foi... Getúlio Vargas foi... ele ganhou... ele ganhou por uma, como é? Como é que diz? Houve uma revolução e ele ganhou. É. As forças armadas pediram, né? E ele ganhou. Como é o nome? Como é que chama? Quando há uma revolução e ganha? Até meu genro disse... Eu me lembro da época que ele ganhou...aí ele foi presidente 14 anos. Ele foi muito bom presidente. Ele foi um ótimo presidente.

Mas, ao lado da imagem de Getúlio como um bom governante para os trabalhadores brasileiros, encontra-se, nas reminiscências de nossa narradora, a imagem de Agamenon Magalhães para Pernambuco como o grande perseguidor.

Fez miséria com a gente, Agamenon. Tirou as coisas da gente, tirou as coisas do terreiro, fechou os terreiros, foi! No primeiro ano em que ele foi interventor. Ele foi a Segunda vez e a terceira vez,

ele teve três vezes. Nunca me esqueci do que ele fez no primeiro ano. Agamenon fez miséria com a gente, Ele custou muito a permitir a reabertura. Porque ele achava que a religião, que a igreja africana, não era uma religião. Ainda hoje em dia, tem muita gente que diz. “Por que tem, a gente tem compromisso de sacrifício de animais, né”?

Agora, Carlos de Lima Cavalcanti, não foi um ruim governo, mas não foi dos melhores também. E se dava muita nota dele. E Agamenon, que era interventor dele, perseguiu. Ele perseguia todo mundo. Eu fui do Governo de Carlos de Lima Cavalcanti, ele saiu escondido. Disseram que ele saiu vestido de mulher, pelos fundos do palácio. Foi ...ele foi botado pra fora do governo e Agamenon assumiu pela primeira interventoria.

Como afirma Antônio Montenegro, o exemplo de Getúlio para o país, como o de Agamenon para Pernambuco, aponta que o lugar do poder é, em princípio, capaz de produzir marcas que fixam para a população formas de compreender o presente e projetar o futuro.¹² Assim, as marcas de memória de Mãe Beta sobre Getúlio aparecem dissociadas da imagem que tem de Agamenon. Enquanto Vargas se apresenta como um personagem distante que é lembrado através da memória coletiva, Agamenon Magalhães parece fazer parte do cotidiano. Essas marcas não se referem apenas a sua proximidade física enquanto parte de um poder local, mas, e principalmente, porque interferiu diretamente nos acontecimentos de vida privada da nossa narradora. Gostaria de finalizar este texto, lembrando, mais uma vez, as palavras de Antônio Montenegro quando afirma que o trabalho de história oral com as camadas populares tem a possibilidade de estabelecer um campo documental de uma população que tem, em grande parte, deixado escassos registros do seu sentir, pensar e fazer historicamente¹³. Assim, através desses fragmentos de memória, tivemos condições de conhecer outros significados dos acontecimentos e fatos que constroem a historiografia pernambucana. A forma como Mãe Beta sentiu e experimentou esse passado explica o seu viver, constrói o seu saber e justifica as suas ações.

NOTAS

¹ Denominação dada às religiões de origem afro-brasileira em Pernambuco.

² MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral: Caminhos e Descaminhos*. SD (mimeo)

³ ALBERTI, Verena. “Idéias” e “fatos” na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco. In: *Entre - Vistas: abordagens e usos da História Oral*/ Coord. Marieta de Moraes Ferreira (et al.). _ Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1994. p.34

⁴ BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembrança de velhos* - 3ed - São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁵ Ibid, p.34.

⁶ APEJE _ SDI Secção de documentos impressos. O governo de Agamenon Magalhães e a Secretaria de Segurança Pública, 1939. Exposição Nacional de PE - 1940 - Recife - Imprensa Oficial - 1939.

⁷ Em Pernambuco, alguns desses objetos rituais confiscados estão expostos no Museu do Estado.

⁸ Vide BIRMAN, Patrícia. Registrado em Cartório com Firma Reconhecida: a mediação política das federações de Umbanda in: *Revista ISER* nº 18. Rio de Janeiro, 1985.

⁹ BOSI, Eclea. Op. Cit., p.453

¹⁰ PORTELLI, Alessandro. *Sonhos Ucrônicos: Memórias e Possíveis Mundos dos Trabalhadores*. In: *Projeto História* – São Paulo (10) dez 1993. p.41-58

¹¹ Ucronia é definida no texto de Portelli como sendo uma espécie de universo paralelo no qual se cogita sobre o desdobramento de um evento histórico que não se efetuou..

¹² MONTENEGRO, A. Torres. *História Oral e Memória: A cultura popular revisitada*. - São Paulo: Contexto, 1992.

¹³ MONTENEGRO.A Torres et all. *Senhores da Rua: o imaginário dos meninos e meninas de (na) rua da cidade do Rio Branco*: Globo, 1996. p.165.